

Políticas públicas em Governador Valadares: uma revisão sobre o tema no período de 1940-1970

Public policies in Governador Valadares, Brazil: a review on the topic (1940-1970)

Odacyr Roberth Moura da Silva ⁽¹⁾

Resumo. Este estudo de revisão tem como escopo buscar esclarecimentos mais aprofundados sobre o processo de desenvolvimento de Governador Valadares (MG), partindo-se do estudo das iniciativas e políticas públicas implementadas no município entre as décadas de 1940 e 1970. Para tanto, a investigação partiu da análise da história urbana da cidade, que é de fundamental importância para uma melhor compreensão de seus problemas no presente e para apontar, aos órgãos competentes e demais interessados, possíveis soluções. A contextualização das políticas públicas das décadas de 1940-1970 relaciona-se diretamente com o histórico de formação da cidade de Governador Valadares, desde a emancipação e criação do município, em 1938, passando pelos primeiros decênios de seu desenvolvimento. Ela nos possibilita uma visão mais ampla e clara acerca dos diversos processos de urbanização ocorridos no município, os quais acabam por ajudar a defini-lo, bem como seus principais problemas.

Palavras-chave: Economia; políticas públicas; história.

⁽¹⁾ Bolsista de Iniciação Científica pela FAPEMIG; graduando em Psicologia pela Universidade Vale do Rio Doce (Univale) e em Pedagogia pela Universidade de Uberaba (Uniube); Correspondência: R. José Tavares Pereira Filho, 51, Governador Valadares, MG, CEP 35020-220; e-mail: odacyrrms@hotmail.com

Recebido em: 06 mai. 2013

Aceito em: 18 jan. 2014

Publicado em: 29 jan. 2014

Abstract. This review study aimed to seek deeper explanations about the development process of Governador Valadares, Minas Gerais State, Brazil, starting from the study of public policies and initiatives implemented in the city between 1940 and 1970. In order to do this, the investigation analyzed the urban history of the city, which is fundamentally important to better understand its problems nowadays, and also to point out possible solutions to the competent agencies and other inter-

ested parties. The contextualization of the public policies of the 1940-1970 decades relates directly to the history of Governador Valadares, from the emancipation and creation of the municipality, in 1938, through the first decades of its development. It gives us a broader vision about the various processes of urbanization that occurred in the city, which ultimately help define it, as well as its main problems.

Keywords: Economy; public policies; history.

1 Introdução

Na virada do século XIX para o XX, a cidade de Figueira, a qual viria a se chamar posteriormente Governador Valadares, era o principal entreposto comercial da região do Médio Rio Doce. Surgida nas margens do rio, Figueira era passagem obrigatória para o Espírito Santo, e para o mar. Com a inauguração da ferrovia Vitória-Diamantina, no ano de 1905, e a descoberta das jazidas de minério de ferro na cidade de Itabira, a cidade adquiriu um *status* fundamental para toda a região. Tal conjunção de fatores, aliada à inauguração da estação ferroviária de Figueira, em 1910, causou o desenvolvimento comercial da cidade, além de um considerável crescimento populacional e urbano, relacionado à expansão das atividades econômicas (ESPÍNDOLA, 1998).

O distrito-sede tomaria para si o próprio nome do município, Figueira, em 1923. Este primeiro movimento de urbanização e crescimento iria até o ano de 1929, momento em que o

centro econômico mundial, em Nova Iorque, sofreria o baque da primeira grande crise do capital no século XX. Uma economia reflexa e primário-exportadora como a brasileira não deixaria de entrar em colapso juntamente com o centro (NAKABASHI; SCATOLIN; CRUZ, 2010). O modelo primário-exportador brasileiro se inviabilizara na ordem econômica mundial, e os efeitos disso se faziam sentir no país, e na interrupção abrupta do desenvolvimento da cidade de Figueira.

O ano de 1930 – pelo conjunto de fatos que ganha forma a partir dele – constitui um marco na história da economia brasileira. Celso Furtado, em *Formação Econômica do Brasil* (2008), foi um dos primeiros a analisar de forma sistemática a década em busca de razões para a guinada da indústria. A produção para o mercado interno passou, então, a ser o centro dinâmico da economia brasileira, ou seja, a atividade que determinava os níveis de emprego, produto e renda, além da taxa de crescimento da economia. Até então, isso coubera ao setor exportador. O deslocamento do centro dinâmico da economia brasileira para o mercado interno deveu-se à crise estrutural do café, conjugada como se feitos restritivos de crédito e demanda oriundos da crise mundial. Tais elementos levaram o Governo Federal a abrir linhas internas de crédito e adotar políticas de restrição da oferta de café. Para Furtado, a utilização da expansão de crédito para a compra de café permitiu a manutenção do nível de renda e de emprego.

Ao se evitar a queda desses níveis, manteve-se a demanda interna por bens. Com a capacidade de importar reduzida, essa demanda foi desviada para o mercado interno, pressionando os produtores nacionais. Assim, a década de 1930 foi para a América Latina, e sobretudo para o Brasil, o ponto de ruptura do modelo primário-exportador, com a passagem para um modelo de desenvolvimento voltado para dentro, como capital acumulado anteriormente pela atividade primário-exportadora (FURTADO, 2008).

Os reflexos da crise econômica mundial se fizeram acompanhar no Brasil por uma crise política, na qual a “Revolução de 30” conduziu ao poder um conjunto novo de forças decisórias. Estas ofuscaram, ainda que momentaneamente, os centros de poder tradicionais de São Paulo e Minas Gerais, consolidados ao longo da “República Velha” (1889–1930).

A crise dos anos 1930 não deixaria de atingir a cidade de Figueira, já que um dos principais produtos de exportação da região era o café. Após a queda do café, a exploração da mica assumiu a preponderância da economia regional, sendo que ao final da II Grande Guerra, Governador Valadares transformou-se num centro estratégico para o esforço de guerra, graças à exploração do minério. Nesse ínterim, em virtude das reformas municipais promovidas pelo Estado Novo (1937–1945), e de uma atividade política interna bastante eficiente, a cidade adquiriu as feições territoriais e o nome pela qual é hoje conhecida, Governador Valadares.

Neste diapasão, este trabalho tem como objetivo fazer um sucinto percurso sobre a história da economia moderna no período de 1940-1970 e identificar como esta veio a influenciar no desenvolvimento econômico da cidade de Governador Valadares. Para tanto, verificar-se-á como se deu o processo de desenvolvimento da cidade de Governador Valadares, partindo do estudo das iniciativas e políticas públicas voltadas para a fomentação da dinâmica econômica local implementadas no município entre as décadas de 1940 e 1970. É preciso reforçar que não é intenção deste trabalho apontar políticas públicas específicas, mas discutir a respeito da sua importância para o atual cenário econômico da cidade.

O levantamento do contexto das políticas públicas das décadas de 1940-1970 relaciona-se diretamente com o histórico dos anos de formação da cidade de Governador Valadares, desde a sua emancipação, passando pelos primeiros decênios de seu desenvolvimento como município e área territorial politicamente discreta. Tal nos possibilita uma visão mais ampla acerca dos diversos processos de urbanização dados na cidade, os quais acabam por ajudar a defini-la, bem como seus problemas principais. A história urbana da cidade é de fundamental importância para uma melhor compreensão de seus problemas no presente e para apontar caminhos aos interessados e órgãos competentes, além de propor soluções.

2 A economia brasileira (1940-1970)

Ao fim da Segunda Guerra Mundial, apresentava-se ao Brasil um novo papel na ordem econômica mundial. Este se configurava como processo de substituição de importações funcionando a pleno vapor, uma indústria de transformação relativamente expressiva, e a disposição de uma grande potência capitalista em tutelar a gênese de novas condições econômicas e políticas de países então “em vias de desenvolvimento”, através do estabelecimento de novos laços de dependência. Uma das maneiras de estreitar esses laços seria o capital estrangeiro (SOUZA, 2009).

Em muitos países que estavam promovendo sua industrialização, o advento de novas inversões do capital estrangeiro teve consequências dúbias. A elevação do volume de investimentos da economia influiu diretamente nas estratégias de crescimento, reforçando a dependência. O período entre as décadas de 1930 e 1960 observou mudanças estruturais significativas no Brasil, além de um crescimento econômico elevado, com industrialização e urbanização. O ano de 1930 – pelo conjunto de fatos que ganha forma a partir dele – constitui um marco na história da economia brasileira. Muitos economistas da CEPAL, bem como outros observadores contemporâneos, identificaram o impacto da Grande Depressão na América Latina. Industrial e historiador da época, Roberto Simonsen (1971) apontou um rápido crescimento industrial na década de 1930.

O crescimento da produção industrial teria sido sustentado, em um primeiro momento, pela utilização da capacidade ociosa existente e posteriormente pela ampliação da capacidade produtiva, através da importação em menor custo de máquinas usadas dos Estados Unidos e da Europa. Com o tempo, algum tipo de produção de bens de capital passou a ser feita internamente, devido à conjugação da demanda crescente de bens de capital, com restrição da capacidade de importar. Para alguns autores, o processo de mudança estrutural e o crescimento econômico estão mais relacionados com a taxa de crescimento de variados setores da economia do que com a formação bruta do capital:

Por exemplo, o impacto da taxa de variação da formação bruta de capital fixo de máquinas e equipamentos pode ser mais relevante na determinação da taxa de crescimento dos diferentes setores da economia do que a formação bruta de capital fixo como um todo. Outro exemplo é a possibilidade de uma maior importância de se considerar a indústria de transformação no lugar da indústria como um todo, devido à maior dinâmica da primeira, além de um conteúdo tecnológico mais elevado (NAKABASHI; SCATOLIN; CRUZ, 2010).

O processo de industrialização pelo qual o país passava neste período chama-se “substituição de importações”. Maria da Conceição Tavares (1983) buscou generalizar seus aspe-

tos para toda a América Latina. Segundo seu modelo, as economias primário-exportadoras latino-americanas caracterizavam-se não só pela importância do setor externo na renda nacional, mas por este ser o único elemento autônomo de toda a composição da renda, constituindo-se no centro dinâmico da economia. Deste modo, a década de 1930 apresentou-se para a América Latina como o ponto de ruptura do modelo primário-exportador, com a passagem para um modelo de desenvolvimento voltado para dentro, como capital acumulado anteriormente pela atividade agroexportadora (PIRES *et al.*, 2010).

O processo de substituição de importações consistiu, então, no desenvolvimento fechado e parcial de economias primário-exportadoras, pressionadas pelas restrições do comércio exterior, que buscaram reproduzir, “de maneira acelerada e em condições históricas distintas, a experiência de industrialização dos países desenvolvidos.” (TAVARES, 1983, p. 35). A tendência da substituição de importações foi acentuada pelo Instituto de Planejamento Econômico e Social, que aponta os anos de 1962 e 1963 como de declínio do ritmo de ampliação do sistema econômico e de uma desaceleração do desenvolvimento industrial brasileiro, consequência da própria dinâmica do processo de substituição de importações que atingia etapas mais adiantadas (CAPUTO & MELO, 2009).

Embora o processo de substituição de importações tivesse obtido relativo êxito na industrialização de vários países latino-americanos, crescente demanda por bens de capital externos para a promoção das ondas substitutivas internas levou muitas vezes as economias nacionais a impasses. Um desses impasses apregoava inevitável extenuação do modelo, pela redução progressiva do coeficiente de importações. Tal questão foi objeto de muitos debates econômicos na década de 60. Outro foi o problema da incorporação também progressiva à cesta de importações de bens de consumo não duráveis, o que causava o aumento dos preços relativos em nível maior do que o dos salários, propiciando concentração de renda.

A discussão distribuição de renda *versus* crescimento econômico insinuava-se (para tomar corpo durante a década de 60). Ainda outro impasse consistia no fato de que, apesar do crescimento da indústria de bens de produção, o processo substitutivo ainda teria sido norteado, até meados da década de 1950, pela demanda por bens de consumo. Um novo modelo de desenvolvimento econômico fundamentados no setor industrial é proposto pela CEPAL, iniciando, dessa forma “o processo de substituição de importações, que é feito por fases, a saber: bens de consumo não duráveis; bens de consumos duráveis, bens intermediários e bens de capital” (CORONEL, 2010).

Diante desses impasses, os analistas buscaram novos fatores determinantes da dinâmica de crescimento, encontrando-os dentro das condições da economia nacional. O deslocamento do centro dinâmico era fruto do desequilíbrio externo. Contudo, segundo Tavares (1983) o padrão de acumulação que se instalou não representava mero desequilíbrio dos problemas externos. Assim, a fase de industrialização que cobre de 1933 a 1955 teria correspondido a uma nova dinâmica de crescimento, que buscou atender a demandas internas, como a necessidade de uma indústria de base, sem, contudo, atingir essa meta. Do lado da demanda, havia a necessidade crescente de bens de consumo; do lado da oferta – ou melhor, da produção – havia a necessidade de bens de capital. A dinâmica dessa fase da industrialização brasileira obedeceu a fatores internos, pertinentes à articulação entre esses dois setores.

Na segunda metade dos anos 1950, com a implantação da indústria pesada e de bens de consumo duráveis, mudou o padrão de acumulação de capital. Estabelecidos os três setores

de produção industrial (bens de produção, bens de consumo duráveis e bens de consumo para assalariados), a dinâmica da economia passou a ser determinada pela inter-relação entre eles, determinando a renda, os salários e a produção. As presenças do Estado e do capital estrangeiro atuaram no sentido de ajustar esse conjunto de relações a seus interesses, com maior eficiência comparativa do segundo.

O início do ciclo de expansão do final dos anos 1950 caracterizou-se pelo advento de investimentos na ampliação da capacidade produtiva e na implantação de novos ramos produtivos, em parte previstos no Plano de Metas. A natureza do processo de desaceleração econômica que sobreveio a essa expansão – iniciado em meados da década de 1960 – consistiu no desaparecimento do componente de demanda contida por importações, que diminuiu o ritmo de expansão inicial da demanda corrente para os novos setores. Tal fator, associado à retração da demanda por investimentos privados, teria desacelerado o processo de acumulação e a expansão industrial. Contudo, alguns autores acreditam que a experiência da economia brasileira no pós-guerra (1950-1980) passou por uma notável mudança estrutural impelida pela acumulação de capital, que possibilitou um afrouxamento, ainda que parcial e temporário, da restrição externa ao crescimento, proporcionando a ocorrência de altas taxas de crescimento do produto real (LAMONICA; OREIRO; FEIJO, 2012).

Em suma, o volume de investimentos efetivados na fase de expansão não pôde ser plenamente utilizado, causando uma queda nos investimentos e relativa indisponibilidade de capitais. Por conseguinte, ocorreu uma inflexão negativa no ciclo, que identifica, no final dos anos 50, outro momento de ruptura, pois a presença do capital estrangeiro far-se-ia sentir como determinante de novas condições, no modelo de parque industrial no Brasil. Algumas condições para essa ruptura fizeram-se presentes no âmbito do planejamento econômico do Governo, através de políticas cambiais, fiscais, aduaneiras e de desenvolvimento regional, para a implantação de parques industriais.

O fim da Segunda Guerra expressa uma retomada das políticas cambiais, após dificuldades do fluxo de capitais externos e internos no período Vargas, marcado pelo esforço em proteger o país da saída de capitais durante os anos da Depressão. Em 1946, as maiores preocupações das autoridades econômicas do governo Dutra estavam voltadas para a inflação (MALAN, 1988). Com o objetivo de abrir a economia brasileira, e comprometidas com o projeto liberal norte-americano, as autoridades monetárias retiraram várias restrições à saída de divisas do país, implementadas pelo Estado Novo. A justificativa dessa medida era a possibilidade de estímulo de novos ingressos de capitais privados no futuro. E assim houve a liberalização do câmbio promovida pela SUMOC em 1946. O rápido esgotamento das reservas cambiais obrigou a retomada do controle cambial já em 1947, durando o mesmo até 1953. Estabeleceu-se um sistema administrativo de licença para importações, estabelecendo prioridades entre bens, que teve certo êxito, impedindo o surgimento de contas deficitárias na balança comercial. Um dos principais beneficiários desse sistema foi o setor industrial. Isso se deve à criação de reservas de mercado e por um ganho implícito nas taxas de câmbios revalorizadas, para a importação de máquinas, equipamentos e outros insumos considerados de alta prioridade.

Apesar do bom desempenho dos preços do café durante a guerra da Coréia, que elevou o volume de entrada de divisas no Brasil entre 1950 e 1951, os programas de investimento em infraestrutura promovidos pelo governo exigiram importações e demandaram maior receita de divisas. O resultado desse conjunto de políticas cambiais foi uma saída líquida da

ordem de 500 milhões de dólares entre 1946 e 1952, o que influenciou a Instrução 70 da SUMOC, de 1953, que promoveu uma reforma cambial, com o objetivo de estimular ainda mais as exportações e equilibrar a balança comercial:

Não foi a falta de coordenação da política econômica, mas duas restrições estruturais, que puseram a perder o programa econômico do governo. Primeiro a própria crise cambial, não apenas porque pôs em risco importações imprescindíveis de bens de produção, mas porque seu encarecimento animou a inflação e o conflito distributivo, reforçando tensões políticas internas que vinham de longa data (cuja análise foge ao escopo desse artigo). Segundo, porque o trunfo usado para obter concessões financeiras foi perdido graças à descoberta de fontes de monazita nos EUA. (...) Sob o argumento de que os países em desenvolvimento deveriam se esforçar, com vantagens, para criar um ambiente favorável à atração de capitais estrangeiros, ao invés de esperarem ajuda financiada pelo contribuinte americano, o novo governo dos EUA denunciou o acordo de cooperação financeira que instituíra a CMBEU, e pôs a perder o esquema de financiamento do projeto de desenvolvimento do segundo governo Vargas (BASTOS, 2011, p. 379-380).

Novos recursos externos foram procurados. Mas a redução progressiva das exportações no restante da década de 1950, somada aos compromissos externos crescentes, recolocava o problema de conciliar metas de crescimento econômico com as restrições externas.

Uma abertura ainda maior ao capital estrangeiro seria promovida. A Instrução 113 da SUMOC permitiu a importação de equipamentos sem cobertura cambial, e favorecia a remessa de rendimentos ao exterior. Com a recuperação das economias europeias e sua necessidade de expansão pelos mercados internacionais, as atenções das empresas multinacionais se voltaram para o Brasil. A expansão industrial vinculada ao Plano de Metas teve um perfil multinacional acentuado, bastante diferente do inicial. Isso conferiu à indústria dos últimos anos da República de 1946 um forte componente de interesse externo, que, certamente, teve peso nos desdobramentos políticos e econômicos posteriores no país.

3 Considerações sobre políticas públicas

Os impactos e consequências das políticas públicas na economia têm sido objeto de discussão desde a concepção do próprio Estado. Com a crise de 1929, os postulados liberais que apregoavam uma variante do Estado mínimo foram contestados, por meio da ação do Estado na economia, com a finalidade de atenuar os efeitos depressivos da renda e do emprego gerados por essa crise.

John Maynard Keynes, em sua *Teoria Geral*, foi um dos principais reformuladores da noção de intervenção governamental, argumentando que a rigidez do orçamento público estaria vinculada ao comportamento da atividade econômica, sendo que o Estado pode e deve intervir no sistema, para manter o pleno emprego e o nível de renda, por meio do investimento público. Ferrari Filho (2006, p. 228) aponta a natureza revolucionária das concepções e proposições teóricas de Keynes, assegurando que a intervenção do Estado constitui-se na solução para as crises de demanda efetiva “seja em termos de atividade produtiva e de políticas públicas, seja no sentido de criar mecanismos que propiciem um ambiente institucional favorável às tomadas de decisões dos agentes econômicos”.

O setor público está dividido em: órgãos de administração, que produzem os serviços de justiça, manutenção da ordem social, planejamento, legislação e outros serviços governa-

mentais; e unidades produtoras de bens e serviços, promotoras do desenvolvimento econômico planejado pelos órgãos de administração.

A atuação do setor público na economia consiste em ações relativas à produção, gerando um fluxo de bens e serviços; à captação de rendas, através de serviços e tributos; à utilização de rendas, através da aquisição de bens e serviços, da concessão de subsídios e transferências ao setor privado e da inversão pública; e, de maneira indireta, através da regulamentação ou persuasão dos demais agentes econômicos.

Os objetivos orientadores da ação do setor público na economia costumam vincular-se ao interesse social, entendido este como o conjunto das aspirações coletivas econômicas, políticas ou sociais de uma nação. Tais aspirações, em sistema representativo, aparecem nos Planos de Governo, nos quais se manifesta (ou deveria se manifestar) a política econômica. A política econômica é a expressão corrente da capacidade pública de coordenar os interesses de diferentes forças sociais no plano econômico, através de conjuntos de medidas regulatórias.

Assim, Bucci (2002, p. 241) define políticas públicas como "(...) programas de ação governamental visando a coordenar os meios à disposição do Estado e as atividades privadas, para a realização de objetivos socialmente relevantes e politicamente determinados". Para a autora, deve-se compreender política pública como um processo que tende a uma escolha coletiva de prioridades, pois esta definiria os interesses públicos reconhecidos pelo direito.

4 Desenvolvimento da cidade de Governador Valadares: 1940-1970

Segundo Espíndola (2005, p. 412), o desenvolvimento da região banhada pelo Rio Doce deu-se, em sua maior parte, sob a tutela do governo, desde tempos remotos "a realização do objetivo econômico do governo exigiu ações de natureza política e social, tais como ocupar o território, contatar e atrair os povos nativos e promover o povoamento".

Com a emancipação e a criação do município de Governador Valadares, em 1938, o desenvolvimento da região do Médio Rio Doce passou a ser objetivo estratégico externo – da parte dos EUA – e interno. Com infraestrutura e a recuperação da rentabilidade da exportação primária no final da década de 1930, o ritmo de povoamento da região se intensificou. Espíndola e Wendling (2008) arrolam os fatores explicativos em detalhe, e as ações deliberadas dos principais sujeitos desse processo – os governos brasileiro e estadunidense – no processo:

Entre os outros fatores que aceleraram o povoamento, destaca-se a decisão do governo brasileiro, em 1942, de exportar o minério de ferro de Itabira, em grande escala. Essa decisão resultou na criação da CVRD e na encampação da EFVM. A ferrovia foi completamente reformada e, ao mesmo tempo, a malária foi erradicada pela ação do Serviço Especial de Saúde Pública - SESP, sendo que as duas ações foram realizadas sob a tutela e com recursos financeiros dos Estados Unidos da América. Também foi decisiva a implantação das usinas siderúrgicas, tais como a Belgo-Mineira (1935), Acesita (1944) e Usiminas (1962), bem como a abertura e posterior pavimentação da rodovia Rio-Bahia. Os grandes investimentos de capital, a infraestrutura e o saneamento explicam o incremento de atividades econômicas: exploração de minerais não metálicos (mica e pedras coradas) e formação das indústrias da madeira, carvão vegetal e lenha. Nas zonas de ocupação recente, nos terrenos desflorestados desenvolveu-se a pecuária de corte. Nas zonas de colonização antiga e maior altitude a agricultura experimentou um reflorescimento,

beneficiada pela melhoria dos transportes (ESPÍNDOLA; WENDLING, 2008, p. 185).

No campo externo, as iniciativas de intercâmbio e cooperação se deram, predominantemente, sob o escopo da Comissão Mista Brasil–Estados Unidos e da Aliança Para o Progresso. No campo interno, por sua vez, as iniciativas se deram em conformidade com os planos diretores. Primeiramente, houve ações a partir das reformas municipais de 1938 e 1944, e posteriormente com base em iniciativas de planejamento tomadas de maneira centralizada, saindo da União, depois do Governo do Estado, e, por fim, de Planos Diretores municipais, e da ação da Companhia Vale do Rio Doce, a partir da década de 1960 (ESPÍNDOLA, 2008).

Graças à extração de mica, mineral considerado estratégico do ponto de vista militar, e ao contexto de guerra, várias intervenções de missões dos Estados Unidos e do governo brasileiro foram empreendidas com o intuito de sanear a região e torná-la apta para a ocupação. Vários profissionais de diferentes áreas de saúde viram, nas iniciativas do governo brasileiro e na Aliança Para o Progresso (composta por Brasil e Estados Unidos), a oportunidade de estabelecerem-se em uma região que prometia prosperidade em um prazo não muito longo. A cidade cresceria muito nos anos seguintes.

O Brasil, no âmbito das políticas de desenvolvimento regional, buscou a criação de polos localizados, de acordo com os interesses industriais ou de controle sobre insumos necessários à produção industrial. Mesmo assim, apesar dos 60 anos de políticas de desenvolvimento regional, o país não conseguiu alterar a histórica concentração produtiva no eixo Rio de Janeiro–São Paulo (CARLEIAL; CRUZ, 2012). Isso indica que, apesar dos esforços tanto de políticas em nível federal quanto em nível estadual e municipal, não surtiram tanto efeito quanto esperado no desenvolvimento de Governador Valadares e região.

5 Considerações finais

Por meio da análise dos documentos legislativos da cidade é possível chegar à conclusão de que, à medida que se avançam as décadas, a cidade vai crescendo e desenvolvendo-se e, conseqüentemente, a legislação acompanha a evolução e desenvolvimento da cidade. A legislação, instrumento utilizado pelo Poder Legislativo para a implementação de políticas públicas, é o reflexo mais nítido que podemos ter das iniciativas e políticas públicas voltadas para a fomentação da dinâmica econômica local implementadas no município entre as décadas de 1940 e 1970.

A formação de uma base de dados das políticas públicas, em suas metas propostas e resultados obtidos, propõe a expansão de uma metodologia iniciada com pesquisas anteriores ligadas à área, mostrando sua extensibilidade, enquanto metodologia de análise histórico-econômica, a outros contextos e espaços (SOUZA, 2003).

Apesar de certo avanço notado décadas após a criação e implementação de algumas políticas voltadas ao desenvolvimento econômico da cidade de Governador Valadares, percebe-se, assim como corrobora Fonseca (2009, p. 140), que as políticas públicas de ações afirmativas “continuam a ser apenas um debate midiático na sociedade brasileira e uma grande vitrine para os governantes, militantes e movimentos sociais e partidos”, pois o número de políticas públicas empreendidas no país é minúsculo. Certamente, a historicização da política

pública pode implicar o fato de que a expectativa depositada pela sociedade no escopo e eficácia de atuação do poder público não seja a mesma em diferentes momentos históricos.

O levantamento do contexto das políticas públicas das décadas de 1940-1970 relaciona-se diretamente com o histórico dos anos de formação da cidade de Governador Valadares, desde a sua emancipação, passando pelos primeiros decênios de seu desenvolvimento como município e área territorial politicamente discreta. O artigo possibilitou desenvolver um olhar mais amplo acerca dos diversos processos de urbanização dados na cidade, os quais acabam por ajudar a defini-la, bem como seus problemas principais. Neste sentido, assim como atesta Oliveira (2006, p. 274), o planejamento em políticas públicas deve ser contemplado “como um processo, e não como um produto técnico somente. A importância do processo se dá principalmente na implementação, pois esta é que vai levar aos resultados finais das políticas, programas ou projetos”.

Deste modo, é possível concluir que este artigo possibilitou a visualização de um panorama da economia nacional e local à época dos primeiros anos de formação e desenvolvimento econômico da cidade de Governador Valadares. Isso permite fomentar a discussão acerca da efetividade das políticas públicas efetuadas neste período e, a partir daí, compreender melhor os problemas presentes e propor caminhos aos interessados e órgãos competentes, além de propor soluções.

Referências

- BASTOS, P. P. Z. Qual era o projeto econômico varguista? *Estud. Econ.*, São Paulo, v. 41, n. 2, Jun. 2011.
- BUCCI, M. P. D. *Direito administrativo e políticas públicas*. São Paulo: Saraiva, 2002.
- CAPUTO, A. C.; MELO, H. P. de. A industrialização brasileira nos anos de 1950: uma análise da instrução 113 da SUMOC. *Estud. Econ.*, São Paulo, v. 39, n. 3, Set. 2009.
- CARLEIAL, L. M. da F.; CRUZ, B. de O. *A hora e a vez do desenvolvimento regional brasileiro: uma proposta de longo prazo*. Brasília: Ipea, 2012.
- CORONEL, D. A. O processo de substituição de importações. *Rev. Econ. Polit.*, São Paulo, v. 30, n. 2, Jun. 2010 .
- ESPINDOLA, H. S. A história de uma formação socioeconômica urbana: Governador Valadares. *Varia História*, Belo Horizonte, n.19, nov. 1998.
- ESPINDOLA, H. S.; WENDLING, I. J. Elementos biológicos na configuração do território do rio Doce. *Varia hist.*[online], 2008, vol.24, n.39, pp. 177-197.
- FERRARI FILHO, F. As concepções teórico-analíticas e as proposições de política econômica de Keynes. *Rev. econ. contemp.*, 2006, vol.10, n.2, pp. 213-236.
- FONSECA, D. J. *Políticas Públicas e ações Afirmativas*. São Paulo: Selo Negro, 2009.
- FURTADO, C. M. *Formação Econômica do Brasil*. 34.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

LAMONICA, M. T.; OREIRO, J. L. da C.; FEIJO, C. Acumulação de capital, restrição externa, hiato tecnológico e mudança estrutural: teoria e experiência brasileira. *Estud. Econ.*, São Paulo, v. 42, n. 1, Mar. 2012.

MALAN, P. Relações Econômicas Internacionais: 1945-1964. In: FAUSTO, B. (Org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: Bertrand Brasil, 1988 (volume 11).

NAKABASHI, L.; SCATOLIN, F. D.; CRUZ, M. J. V. da. Impactos da mudança estrutural da economia brasileira sobre o seu crescimento. *Rev. econ. contemp.*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, Aug. 2010.

OLIVEIRA, J. A. P. de. Desafios do planejamento em políticas públicas: diferentes visões e práticas. *Rev. Adm. Pública*, Rio de Janeiro, v. 40, n. 2, Abr. 2006, pp. 273-287.

PIRES, M. C. (Org.). *Economia brasileira: da colônia ao governo Lula*. São Paulo: Saraiva, 2010.

SIMONSEN, R. *Evolução Industrial do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1971.

SOUZA, L. E. S. de. *O uso dos métodos quantitativos pelo historiador econômico*. São Paulo: NEPHE, 2003.

_____. *Políticas Públicas em São Bernardo do Campo, 1945 –1964*. São Paulo: LCTE, 2009.

TAVARES, M. da C. *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro: ensaios sobre economia brasileira*. 11.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

Como citar este artigo

SILVA, O. R. M. da. Políticas públicas em Governador Valadares: uma revisão sobre o tema no período de 1940-1970. *Scientia Vitae*, vol. 1, n. 3, ano 1, jan. 2014, p. 46-55. Disponível em: <www.revistaifsp.com/>; acesso em: __/__/__.